



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

LEI N.º 2.690 DE 27 DE junho 2014.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2015 e dá outras providências.

### Disposições Preliminares

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III - disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V - equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - critérios e formas de limitação de empenho;
- VII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; VIII - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX - autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI - definição de critérios para início de novos projetos;
- XII - definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII - incentivo à participação popular;
- XIV - as disposições gerais.

### Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

*Handwritten signature*

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2015 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2014-2017, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2015 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2015 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

## Seção II

### Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

#### Subseção I

#### Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017.

Art. 4º. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV - anexos dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V - demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;
- VI - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

- I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao art. 60 do ADCT.

*anexo*

com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006;

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2015, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2014, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. A entidade da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão à Contadoria e Planejamento do Poder Executivo, até 31 de agosto de 2014, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

## Subseção II

### Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2015, as despesas com amortização, juros e demais encargos

*WMA*

da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

#### Subseção III

#### Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente de até 5% (cinco um por cento) do valor da proposta orçamentária para o exercício 2014, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### Seção IV

#### Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

#### Subseção I

#### Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas, aos Poderes Executivo e Legislativo, as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2015 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República e artigos 22 e 23 da lei complementar 101/00.

#### Subseção II

#### Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2015 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

#### Seção III

*Handwritten signature or initials*

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2015, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do Município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

XI - a instituição de programa de recuperação fiscal.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2014.

§ 2º. No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit

*Handwritten signature*

financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

#### Seção IV

##### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2015 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2015 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2014 a 2017, demonstrando a memória de cálculo respectiva. Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - para elevação das receitas:

a - a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;

b - atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c - chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II - para redução das despesas:

a - utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b - revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

#### Seção V

##### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2014, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I - as despesas com pessoal e encargos sociais;

II - as despesas com benefícios previdenciários;

III - as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV - as despesas com PASEP;

V - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI - as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste

*Handwritten signature*

artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

#### Seção VI

##### Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2014 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

#### Seção VII

##### Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I - às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II - às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III - às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2014 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente,

II - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução

*Handwritten signature*

de programas municipais.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos paradiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

#### Seção VIII

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

#### Seção IX

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

*Handwritten signature*



Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2015, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Contadoria e Planejamento, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2015, os seguintes demonstrativos:

I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2015;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

#### Seção X

##### Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2010 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2014-2017 e com as normas desta Lei;

II - as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2015, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2014.

#### Seção XI

##### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

#### Seção XII

##### Do Incentivo à Participação Popular

*Handwritten signature or initials*

Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2014, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único - O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - elaboração da proposta orçamentária de 2015, mediante regular processo de consulta, conforme artigo 48 da Lei Complementar 101/00;

II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

### Seção XIII

#### Das Disposições Gerais

Art. 43. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2015 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2015 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 44. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 45. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 46. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 47. Se o projeto de lei orçamentária de 2015 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2014, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários;

III - amortização, juros e encargos da dívida;

*19/11/2014*

IV - PIS-PASEP;

V - demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do município;

VI - outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2015, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2014 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 48. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas e Prioridades;

II - Anexo de Metas Fiscais;

III - Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Belo, 27 de junho de 2014.



HUMBERTO FERNANDES MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL





# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
2015

| RISCOS FISCAIS                            |                   | PROVIDÊNCIAS   |                   | Valor |
|---|-------------------|--|-------------------|-------|
| Descrição                                 | Valor             | Descrição  | Valor             |       |
| Demandas Judiciais                        | 300.000,00        | Abertura de créditos adicionais a partir de redução de dotação | 938.299,03        |       |
| Discrepância de Projeções: Salário Mínimo | 448.684,03        |  |                   |       |
| Calamidade Pública                        | 189.615,00        | Orçamentária e reserva de contingência                         |                   |       |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>938.299,03</b> | <b>TOTAL</b>   | <b>938.299,03</b> |       |

ARF (LRF, art 4º, § 3º)


R\$ 1,00

FONTE: Departamento Jurídico e de Pessoal

O valor de 300.000,00 conforme valores previstos nos processos número 010797-52.2012.8.13.0430;0004766-16-2012.8.13.0430;0006886-32.2012.8.13.0430; 0008718.03.2012.8.13.0430;0008973.58.2012.8.13.0430;0008981.35.2012.8.13.0430.

O valor informado Calamidade Pública refere-se a previsão de até 5% do valor previsto do orçamento para o exercício de 2015 em Res. Contingência  
O valor informado em Discrepância Sal. Mínimo refere-se a uma variação de até 6% de previsão de variação do salário mínimo. Folha ref. 03/14.

  
HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

  
PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20

  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERRERIA  
CRC: 100485/O-3

29698,09  
531297,2  
560995,29



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2015

| ESPECIFICAÇÃO                       | 2015           |                 |                | 2016               |                 |                | 2017               |                 |                |
|-------------------------------------|----------------|-----------------|----------------|--------------------|-----------------|----------------|--------------------|-----------------|----------------|
|                                     | Valor Corrente | Valor Constante | Média Inflação | Valor Corrente (b) | Valor Constante | Média Inflação | Valor Corrente (c) | Valor Constante | Média Inflação |
| Receita Total                       | 37.923.000,00  | 35.723.466,00   | 5,80           | 40.122.534,00      | 37.795.427,03   | 5,80           | 42.449.640,97      | 40.412.058,21   | 5,80           |
| Receitas Primárias (I)              | 37.299.000,00  | 35.135.658,00   | 5,80           | 39.462.342,00      | 37.173.526,16   | 5,80           | 41.751.157,84      | 39.747.102,26   | 5,80           |
| Despesa Total                       | 37.923.000,00  | 35.723.466,00   | 5,80           | 40.122.534,00      | 37.795.427,03   | 5,80           | 42.449.640,97      | 40.412.058,21   | 5,80           |
| Despesas Primárias (II)             | 37.740.600,29  | 35.551.645,47   | 5,80           | 39.929.555,11      | 37.613.640,91   | 5,80           | 42.245.469,30      | 40.217.686,78   | 5,80           |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | -441.600,29    | -415.987,47     | 5,80           | -467.213,11        | -440.114,75     | 5,80           | -494.311,47        | -470.584,52     | 5,80           |
| Resultado Nominal                   | 0,00           | 0,00            | 5,80           | 0,00               | 0,00            | 5,80           | 0,00               | 0,00            | 5,80           |
| Dívida Pública Consolidada          | 86.831,69      | 81.795,45       | 5,80           | 91.867,93          | 86.539,59       | 5,80           | 97.196,27          | 92.530,85       | 5,80           |
| Dívida Consolidada Líquida          | 0,00           | 0,00            | 5,80           | 0,00               | 0,00            | 5,80           | 0,00               | 0,00            | 5,80           |

FONTE: Departamento de Contabilidade

O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico e média inflacionária conforme Banco Central no link ]: <https://www.bcb.gov.br/?FOCUSREI.MERC>  
Fonte: Site do Banco Central do Brasil

  
HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

  
PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

### METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2015

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                       | VALORES A PREÇOS CORRENTES |               |     |               |     |               |     |               |     |               |     |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|
|                                     | 2012                       | 2013          | %   | 2014          | %   | 2015          | %   | 2016          | %   | 2017          | %   |
| Receita Total                       | 20.356.980,16              | 20.789.256,54 | 5,8 | 37.923.000,00 | 5,8 | 37.923.000,00 | 5,8 | 40.122.534,00 | 5,8 | 42.449.640,97 | 5,8 |
| Receitas Primárias (I)              | 19.379.605,27              | 20.123.312,64 | 5,8 | 37.299.000,00 | 5,8 | 37.299.000,00 | 5,8 | 39.462.342,00 | 5,8 | 41.751.157,84 | 5,8 |
| Despesa Total                       | 19.264.660,74              | 20.857.701,22 | 5,8 | 37.923.000,00 | 5,8 | 37.923.000,00 | 5,8 | 40.122.534,00 | 5,8 | 42.449.640,97 | 5,8 |
| Despesas Primárias (II)             | 19.126.378,62              | 20.709.590,04 | 5,8 | 37.740.600,29 | 5,8 | 37.740.600,29 | 5,8 | 39.929.555,11 | 5,8 | 42.245.469,30 | 5,8 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 253.226,65                 | -586.277,40   | 5,8 | -441.600,29   | 5,8 | -441.600,29   | 5,8 | -467.213,11   | 5,8 | -494.311,47   | 5,8 |
| Resultado Nominal                   | 1.092.319,42               | -68.444,68    | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 |
| Dívida Pública Consolidada          | 42.856,80                  | 2.282,00      | 5,8 | 86.831,69     | 5,8 | 86.831,69     | 5,8 | 91.867,93     | 5,8 | 97.196,27     | 5,8 |
| Dívida Consolidada Líquida          | 0,00                       | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 |

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                       | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |               |     |               |     |               |     |               |     |               |     |
|-------------------------------------|-----------------------------|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|
|                                     | 2012                        | 2013          | %   | 2014          | %   | 2015          | %   | 2016          | %   | 2017          | %   |
| Receita Total                       | 20.356.980,16               | 20.789.256,54 | 5,8 | 37.923.000,00 | 5,8 | 35.723.466,00 | 5,8 | 37.795.427,03 | 5,8 | 40.412.058,21 | 5,8 |
| Receitas Primárias (I)              | 19.379.605,27               | 20.123.312,64 | 5,8 | 37.299.000,00 | 5,8 | 35.135.658,00 | 5,8 | 37.173.526,16 | 5,8 | 39.747.102,26 | 5,8 |
| Despesa Total                       | 19.264.660,74               | 20.857.701,22 | 5,8 | 37.923.000,00 | 5,8 | 35.723.466,00 | 5,8 | 37.795.427,03 | 5,8 | 40.412.058,21 | 5,8 |
| Despesas Primárias (II)             | 19.126.378,62               | 20.709.590,04 | 5,8 | 37.740.600,29 | 5,8 | 35.551.645,47 | 5,8 | 37.613.640,91 | 5,8 | 40.217.686,78 | 5,8 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 253.226,65                  | -586.277,40   | 5,8 | -441.600,29   | 5,8 | -415.987,47   | 5,8 | -440.114,75   | 5,8 | -470.584,52   | 5,8 |
| Resultado Nominal                   | 1.092.319,42                | -68.444,68    | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 |
| Dívida Pública Consolidada          | 42.856,80                   | 2.282,00      | 5,8 | 86.831,69     | 5,8 | 81.795,45     | 5,8 | 86.539,59     | 5,8 | 92.530,85     | 5,8 |
| Dívida Consolidada Líquida          | 0,00                        | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 |

FONTE: SIACE LRF E SIACE PCA

HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2015

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

1,00

| ESPECIFICAÇÃO                     | Metas Previstas em 2013 (a) | %    | Metas Realizadas em 2013 (b) | %    | Variação          |               |
|-----------------------------------|-----------------------------|------|------------------------------|------|-------------------|---------------|
|                                   |                             |      |                              |      | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total                     | 22.755.000,00               | 3,00 | 20.789.256,54                | 4,50 | -1.965.743,46     | -8,64         |
| Receitas Primárias (I)            | 21.615.000,00               | 3,00 | 20.123.312,64                | 4,50 | -1.491.687,36     | -6,90         |
| Despesa Total                     | 25.811.944,68               | 3,00 | 20.857.701,22                | 4,50 | -4.954.243,46     | -19,19        |
| Despesas Primárias (II)           | 25.663.644,68               | 3,00 | 20.709.590,04                | 4,50 | -4.954.054,64     | -19,30        |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | -4.048.644,68               | 3,00 | -586.277,40                  | 4,50 | 3.462.367,28      | -85,52        |
| Resultado Nominal                 | -3.056.944,68               | 3,00 | -68.444,68                   | 4,50 | 2.988.500,00      | 0,00          |
| Dívida Pública Consolidada        | 80.235,79                   | 3,00 | 2.282,00                     | 4,50 | -77.953,79        | 0,00          |
| Dívida Consolidada Líquida        | 0,00                        | 3,00 | 0,00                         | 0,00 | 0,00              | 0,00          |

FONTE: SIACE LRF E SIACE PCA

HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20





# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE MONTE BELO - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2015

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | 2013          |        | 2012          |        | 2011          |        | % |
|---------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---|
|                     |               | %      |               | %      |               | %      |   |
| Patrimônio/Capital  | 0,00          | 0,00   | 0,00          | 0,00   | 0,00          | 0,00   |   |
| Reservas            | 0,00          | 0,00   | 0,00          | 0,00   | 0,00          | 0,00   |   |
| Resultado Acumulado | 17.116.600,20 | 100,00 | 16.160.641,70 | 100,00 | 14.646.395,84 | 100,00 |   |
| TOTAL               | 17.116.600,20 | 100,00 | 16.160.641,70 | 100,00 | 14.646.395,84 | 100,00 |   |

R\$ 1,00

### REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | 2013           |        | 2012           |        | 2011           |        | % |
|---------------------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|--------|---|
|                     |                | %      |                | %      |                | %      |   |
| Patrimônio/Capital  | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   |   |
| Reservas            | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   |   |
| Resultado Acumulado | -19.212.769,74 | 100,00 | -14.723.012,67 | 100,00 | -15.928.035,25 | 100,00 |   |
| TOTAL               | -19.212.769,74 | 100,00 | -14.723.012,67 | 100,00 | -15.928.035,25 | 100,00 |   |

FONTE: SIACE PCA

  
HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

  
PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20



Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICIPIO DE MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2015

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| EVENTOS   | Valor Previsto para <2015> |
|---|----------------------------|
| Aumento Permanente da Receita                     | 7.100,00                   |
| (-) Transferências Constitucionais                | 0,00                       |
| (-) Transferências ao FUNDEB                      | 0,00                       |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)  | 7.100,00                   |
| Redução Permanente de Despesa (II)                | 0,00                       |
| Margem Bruta (III) = (I+II)                       | 7.100,00                   |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)              | 0,00                       |
| Novas DOCC  | 0,00                       |
| Novas DOCC geradas por PPP                        | 0,00                       |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 7.100,00                   |

FONTE: Secretaria de Administração

  
HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

  
PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20

  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças  
ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICIPIO DE MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

### ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2015

| AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)     | 2013 | 2012 | 2011 | R\$ 1,00 |
|---|------|------|------|----------|
| <b>RECEITAS REALIZADAS</b>                                |      |      |      |          |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>      |      |      |      |          |
| Alienação de Bens Móveis                                  | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| Alienação de Bens Imóveis                                 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| <b>DESPESAS EXECUTADAS</b>                                |      |      |      |          |
| <b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b> |      |      |      |          |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                                |      |      |      |          |
| Investimentos   | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| Inversões Financeiras                                     | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| Amortização da Dívida                                     | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| <b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>      |      |      |      |          |
| Regime Geral de Previdência Social                        | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores              | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| <b>SALDO FINANCEIRO</b>                                   |      |      |      |          |
|   | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| <b>VALOR (III)</b>  |      |      |      |          |
|   | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |

FONTE: SIACE PCA E LIVRO TESOUREARIA MUNICIPAL

  
HUMBERTO FERNANDES MACI  
CPF: 742.436.678-53

  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC:100485/O-3

  
PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ – 18.668.376/0001-34

**LEI Nº 2.706 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014**

**“AUTORIZA ALTERAÇÃO DA LEI Nº 2.690 DE 27 DE JUNHO DE 2014, ONDE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A **Câmara Municipal de MONTE BELO**, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprova e eu, **Prefeito Municipal**, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os anexos dos incisos I, II e III do artigo 48 da lei 2.690 de 27 de junho de 2014, referente Anexo de Metas e Prioridades, Anexo de Metas Fiscais e Anexos de Riscos Fiscais para manter compatibilidade entre as propostas orçamentárias, conforme artigo 5º da Lei Complementar 101/00.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Belo, MG, 23 de dezembro de 2014.

  
**Humberto Fernandes Maciel**  
Prefeito Municipal

Rua Sete de Maio n.º 379 – Centro  
CEP 37115-000 - Monte Belo – MG  
Administração 2009/2016



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
2015

| RISCOS FISCAIS                            |                   | PROVIDÊNCIAS   |                   |
|---|-------------------|--|-------------------|
| Descrição                                 | Valor             | Descrição  | Valor             |
| Demandas Judiciais                        | 300.000,00        | Abertura de créditos adicionais a partir de redução de dotação | 896.230,17        |
| Discrepância de Projeções: Salário Mínimo | 448.684,03        |  |                   |
| Calamidade Pública                        | 147.546,14        | Orçamentária e reserva de contingência                         |                   |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>896.230,17</b> | <b>TOTAL</b>   | <b>896.230,17</b> |

R\$ 1,00

FONTE: Departamento Jurídico e de Pessoal

O valor de 300.000,00 conforme valores previstos nos processos número 010797-52.2012.8.13.0430;0004766-16-2012.8.13.0430;0006886-32.2012.8.13.0430;

0008718.03.2012.8.13.0430;0008973.58.2012.8.13.0430;0008981.35.2012.8.13.0430.

O valor informado Calamidade Pública refere-se a previsão de até 5% do valor previsto do orçamento para o exercício de 2015 em Res. Contingência

O valor informado em Discrepância Sal. Mínimo refere-se a uma variação de até 6% de previsão de variação do salário mínimo. Folha ref. 03/14.

  
HUMBERTO FERNANDES MACIEL

CPF: 742.436.678-53

  
PEDRO LOURENÇO DA SILVA

CPF: 440.287.846-20

  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA

CRC: 100485/O-3



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS

2015

| ESPECIFICAÇÃO                       | 2015           |                 |                | 2016               |                 |                | 2017               |                 |                |
|-------------------------------------|----------------|-----------------|----------------|--------------------|-----------------|----------------|--------------------|-----------------|----------------|
|                                     | Valor Corrente | Valor Constante | Média Inflação | Valor Corrente (b) | Valor Constante | Média Inflação | Valor Corrente (c) | Valor Constante | Média Inflação |
| Receita Total                       | 29.509.228,28  | 27.797.693,04   | 5,80           | 31.220.763,52      | 29.409.959,24   | 5,80           | 33.031.567,80      | 31.446.052,55   | 5,80           |
| Receitas Primárias (I)              | 28.828.278,28  | 27.156.238,14   | 5,80           | 30.500.318,42      | 28.731.299,95   | 5,80           | 32.269.336,89      | 30.720.408,72   | 5,80           |
| Despesa Total                       | 29.509.228,28  | 27.797.693,04   | 5,80           | 31.220.763,52      | 29.409.959,24   | 5,80           | 33.031.567,80      | 31.446.052,55   | 5,80           |
| Despesas Primárias (II)             | 29.326.828,57  | 27.625.872,51   | 5,80           | 31.027.784,63      | 29.228.173,12   | 5,80           | 32.827.396,14      | 31.251.681,12   | 5,80           |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | -498.550,29    | -469.634,37     | 5,80           | -527.466,21        | -496.873,17     | 5,80           | -558.059,25        | -531.272,40     | 5,80           |
| Resultado Nominal                   | 0,00           | 0,00            | 5,80           | 0,00               | 0,00            | 5,80           | 0,00               | 0,00            | 5,80           |
| Dívida Pública Consolidada          | 86.831,69      | 81.795,45       | 5,80           | 91.867,93          | 86.539,59       | 5,80           | 97.196,27          | 92.530,85       | 5,80           |
| Dívida Consolidada Líquida          | 0,00           | 0,00            | 5,80           | 0,00               | 0,00            | 5,80           | 0,00               | 0,00            | 5,80           |

FONTE: Departamento de Contabilidade

O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico e média inflacionária conforme Banco Central no link <https://www.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>

Fonte: Site do Banco Central do Brasil

HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2015

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

| ESPECIFICAÇÃO                     | Metas Previstas em 2013 (a) | %    | Metas Realizadas em 2013 (b) | %    | Variação          |               |
|-----------------------------------|-----------------------------|------|------------------------------|------|-------------------|---------------|
|                                   |                             |      |                              |      | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total                     | 22.755.000,00               | 3,00 | 20.789.256,54                | 4,50 | -1.965.743,46     | -8,64         |
| Receitas Primárias (I)            | 21.615.000,00               | 3,00 | 20.123.312,64                | 4,50 | -1.491.687,36     | -6,90         |
| Despesa Total                     | 25.811.944,68               | 3,00 | 20.857.701,22                | 4,50 | -4.954.243,46     | -19,19        |
| Despesas Primárias (II)           | 25.663.644,68               | 3,00 | 20.709.590,04                | 4,50 | -4.954.054,64     | -19,30        |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | -4.048.644,68               | 3,00 | -586.277,40                  | 4,50 | 3.462.367,28      | -85,52        |
| Resultado Nominal                 | -3.056.944,68               | 3,00 | -68.444,68                   | 4,50 | 2.988.500,00      | 0,00          |
| Dívida Pública Consolidada        | 80.235,79                   | 3,00 | 2.282,00                     | 4,50 | -77.953,79        | 0,00          |
| Dívida Consolidada Líquida        | 0,00                        | 3,00 | 0,00                         | 0,00 | 0,00              | 0,00          |

FONTE: SIACE LRF E SIACE PCA

HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20





**Prefeitura de Monte Belo**

Secretaria Municipal de Finanças  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

MUNICÍPIO MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2015

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

| ESPECIFICAÇÃO                       | VALORES A PREÇOS CORRENTES |               |               |     |               |     |               |     |               |     | R\$ 1,00 |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|----------|
|                                     | 2012                       | 2013          | 2014          | %   | 2015          | %   | 2016          | %   | 2017          | %   |          |
| Receita Total                       | 20.356.980,16              | 20.789.256,54 | 37.923.000,00 | 5,8 | 29.509.228,28 | 5,8 | 31.220.763,52 | 5,8 | 33.031.567,80 | 5,8 |          |
| Receitas Primárias (I)              | 19.379.605,27              | 20.123.312,64 | 37.299.000,00 | 5,8 | 28.828.278,28 | 5,8 | 30.500.318,42 | 5,8 | 32.269.336,89 | 5,8 |          |
| Despesa Total                       | 19.264.660,74              | 20.857.701,22 | 37.923.000,00 | 5,8 | 29.509.228,28 | 5,8 | 31.220.763,52 | 5,8 | 33.031.567,80 | 5,8 |          |
| Despesas Primárias (II)             | 19.126.378,62              | 20.709.590,04 | 37.740.600,29 | 5,8 | 29.326.828,57 | 5,8 | 31.027.784,63 | 5,8 | 32.827.396,14 | 5,8 |          |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 253.226,65                 | -586.277,40   | -441.600,29   | 5,8 | -498.550,29   | 5,8 | -527.466,21   | 5,8 | -558.059,25   | 5,8 |          |
| Resultado Nominal                   | 1.092.319,42               | -68.444,68    | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 |          |
| Dívida Pública Consolidada          | 42.856,80                  | 2.282,00      | 86.831,69     | 5,8 | 86.831,69     | 5,8 | 91.867,93     | 5,8 | 97.196,27     | 5,8 |          |
| Dívida Consolidada Líquida          | 0,00                       | 0,00          | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 |          |

| ESPECIFICAÇÃO                       | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |               |               |     |               |     |               |     |               |     |
|-------------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|
|                                     | 2012                        | 2013          | 2014          | %   | 2015          | %   | 2016          | %   | 2017          | %   |
| Receita Total                       | 20.356.980,16               | 20.789.256,54 | 37.923.000,00 | 5,8 | 27.797.693,04 | 5,8 | 29.409.959,24 | 5,8 | 31.446.052,55 | 5,8 |
| Receitas Primárias (I)              | 19.379.605,27               | 20.123.312,64 | 37.299.000,00 | 5,8 | 27.156.238,14 | 5,8 | 28.731.299,95 | 5,8 | 30.720.408,72 | 5,8 |
| Despesa Total                       | 19.264.660,74               | 20.857.701,22 | 37.923.000,00 | 5,8 | 27.797.693,04 | 5,8 | 29.409.959,24 | 5,8 | 31.446.052,55 | 5,8 |
| Despesas Primárias (II)             | 19.126.378,62               | 20.709.590,04 | 37.740.600,29 | 5,8 | 27.625.872,51 | 5,8 | 29.228.173,12 | 5,8 | 31.251.681,12 | 5,8 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 253.226,65                  | -586.277,40   | -441.600,29   | 5,8 | -469.634,37   | 5,8 | -496.873,17   | 5,8 | -531.272,40   | 5,8 |
| Resultado Nominal                   | 1.092.319,42                | -68.444,68    | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 |
| Dívida Pública Consolidada          | 42.856,80                   | 2.282,00      | 86.831,69     | 5,8 | 81.795,45     | 5,8 | 86.539,59     | 5,8 | 92.530,85     | 5,8 |
| Dívida Consolidada Líquida          | 0,00                        | 0,00          | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 | 0,00          | 5,8 |

FONTE: SIACE LRF E SIACE PCA

*Humberto*

HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

*Alessandra*

ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

*Pedro Lourenço*

PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE MONTE BELO - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2015

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | 2013          |        | 2012          |        | 2011          |        | % |
|---------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---|
|                     |               | %      |               | %      |               | %      |   |
| Patrimônio/Capital  | 0,00          | 0,00   | 0,00          | 0,00   | 0,00          | 0,00   |   |
| Reservas            | 0,00          | 0,00   | 0,00          | 0,00   | 0,00          | 0,00   |   |
| Resultado Acumulado | 17.116.600,20 | 100,00 | 16.160.641,70 | 100,00 | 14.646.395,84 | 100,00 |   |
| TOTAL               | 17.116.600,20 | 100,00 | 16.160.641,70 | 100,00 | 14.646.395,84 | 100,00 |   |

R\$ 1,00

### REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | 2013           |        | 2012           |        | 2011           |        | % |
|---------------------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|--------|---|
|                     |                | %      |                | %      |                | %      |   |
| Patrimônio/Capital  | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   |   |
| Reservas            | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   |   |
| Resultado Acumulado | -19.212.769,74 | 100,00 | -14.723.012,67 | 100,00 | -15.928.035,25 | 100,00 |   |
| TOTAL               | -19.212.769,74 | 100,00 | -14.723.012,67 | 100,00 | -15.928.035,25 | 100,00 |   |

FONTE: SIACE PCA

HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20



Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2015

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

|   | 2013 | 2012 | 2011 | R\$ 1,00 |
|---|------|------|------|----------|
| <b>RECEITAS REALIZADAS</b>                                |      |      |      |          |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>      |      |      |      |          |
| Alienação de Bens Móveis                                  | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| Alienação de Bens Imóveis                                 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| <b>DESPESAS EXECUTADAS</b>                                |      |      |      |          |
| <b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b> |      |      |      |          |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                                |      |      |      |          |
| Investimentos   | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| Inversões Financeiras                                     | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| Amortização da Dívida                                     | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| <b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>      |      |      |      |          |
| Regime Geral de Previdência Social                        | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores              | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |
| <b>SALDO FINANCEIRO</b>                                   |      |      |      |          |
| VALOR (III)   | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00     |

FONTE: SIACE PCA E LIVRO TESOUREARIA MUNICIPAL

HUMBERTO FERNANDES MACI  
CPF: 742.436.678-53

ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3

PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2015

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETORES/<br>PROGRAMAS/<br>BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA |      | COMPENSAÇÃO |
|----------|------------|--|------------------------------|------|-------------|
|          |            |  | 2015                         | 2016 |             |
| TOTAL    |            |  |                              |      | R\$ 1,00    |

FONTE:

NÃO HAVERA RENUNCIA DE RECEITA NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017

  
HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/0-3

  
PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20



# Prefeitura de Monte Belo

Secretaria Municipal de Finanças

ESTADO DE MINAS GERAIS

Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICIPIO DE MONTE BELO - MG -  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

## MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2015

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| EVENTOS   | Valor Previsto para <2015> |
|---|----------------------------|
| Aumento Permanente da Receita                     | 7.100,00                   |
| (-) Transferências Constitucionais                | 0,00                       |
| (-) Transferências ao FUNDEB                      | 0,00                       |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)  | 7.100,00                   |
| Redução Permanente de Despesa (II)                | 0,00                       |
| Margem Bruta (III) = (I+II)                       | 7.100,00                   |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)              | 0,00                       |
| Novas DOCC  | 0,00                       |
| Novas DOCC geradas por PPP                        | 0,00                       |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 7.100,00                   |

FONTE: Secretaria de Administração

  
HUMBERTO FERNANDES MACIEL  
CPF: 742.436.678-53

  
PEDRO LOURENÇO DA SILVA  
CPF: 440.287.846-20

  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA FERREIRA  
CRC: 100485/O-3